



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Conselho do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal
Rua 20, nº 1600 - Bairro Tupã, Ituiutaba-MG, CEP 38304-402
Telefone: (34)3271-5248 - direcaoicenp@pontal.ufu.br



ATA

ATA DA 6ª REUNIÃO/2020 DO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS DO PONTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Em 21 de setembro de 2020, às 14 horas, na Sala Virtual de Reuniões do aplicativo Webex (<https://ufu.webex.com/ufu-pt/j.php?MTID=m8b0927887dc06d8ac43d9184fab12cf0>), teve início a sexta reunião do Conselho do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal do ano em curso, sob a Presidência de Rosana Maria Nascimento de Assunção, estando presentes os Conselheiros citados no final desta Ata. A reunião transcorreu da seguinte forma: A presidente abriu a reunião, deu as boas vindas a todos e todas e agradeceu a participação. **1. Informes** - A presidente informou que as obras do bloco 1JCP estão em fase final de conclusão, entretanto não foram ainda liberados para ocupação pela prefeitura de campus. A previsão para liberação das obras é para início/meio de novembro, quando serão planejados com a PREFE campus Pontal e com a Diretoria de Logística a mudança. Em outro informe comentou que era necessário pensar em ações que desse visibilidade ao campus, que no site não haviam informações sobre o campus e as unidades acadêmicas e que externamente algumas ações precisavam ser pensadas para que melhorar a entrada nos cursos de graduação. **2. Comunicações:** Não foram enviadas por e-mail. **3. Aprovação das atas da 4ª e da 5ª Reuniões Ordinárias do CONICENP:** As atas foram aprovadas, recebendo 6 (seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **4. Apreciação e deliberação de Progressão Docente. Processo: 23117.040714/2020-09. Requerente: Moisés Rodrigues Cirilo do Monte. Relator: Milton Antonio Auth** - O conselheiro Milton leu seu parecer, o qual, colocado em votação, foi aprovado, recebendo 5 (cinco) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **5. Apreciação e deliberação dos procedimentos para realização das ofertas de disciplinas e para confecção dos planos de oferta para o período Letivo Especial – Etapa II das Atividades Acadêmicas Remotas Emergenciais (AAREs).** A presidente iniciou o ponto de pauta comentando sobre as questões administrativas na oferta das disciplinas na primeira etapa do período letivo especial. O prof. Alisson observou que existiram algumas dificuldades nas ofertas das disciplinas e matrículas na primeira etapa do período especial e colocou a necessidade eventual de abrir o escopo para que os alunos do bacharel e licenciatura do curso de matemática consigam se matricular. Alertou que não é correto limitar a matrícula por turno. A presidente apresentou uma proposta de adoção de parâmetros para apresentação dos planos de oferta dos componentes curriculares durante os calendários letivos especiais das atividades acadêmicas remotas emergenciais, colocando a necessidade de que exista um planejamento dos cursos de graduação na oferta destes componentes. Embora a Resolução 07/2020 do CONGRAD coloque o caráter facultativo para oferta e para a adesão dos alunos, ressalta a necessidade que se estabeleça um planejamento e que este esteja referendado pelos Núcleos docentes estruturantes, NDEs e colegiados dos cursos de graduação. No documento constam: 1) Apresentação da proposta para fluxo administrativo para a oferta das AAREs; 2. Análise dos planos de oferta das AAREs – Período Letivo Especial – Etapa 1; 3) Proposta para a confecção dos planos de oferta das AAREs do Período Letivo Especial – Etapa II. No primeiro item foi apresentado o fluxo administrativo e o calendário proposto em conformidade com os prazos informados na Resolução 07/2020 do CONGRAD para a etapa II do calendário letivo especial das AAREs, a saber: a) Preparação dos Planos de Oferta/Reuniões NDEs Coordenações de Cursos: 21/09/2020 – 25/09/2020; b) Envio dos Planos de oferta das AAREs e Pareceres dos NDEs Coordenação do Curso de graduação através do processo SEI iniciado pela direção: 28/09/2020 e 29/09/2020, c) Checagem dos

documentos, oferta das disciplinas e vinculação docente e envio de relatório para a checagem das coordenações Secretaria Geral e da direção do ICENP: 30/09/2020; d) Checagem das coordenações – solicitação de correção Coordenações dos Cursos: 01/10/2020 e Realização das correções e tramitação pela Secretaria Geral: 02/10/2020. No item 2) Foram observadas as tomadas de decisão de cada curso nas ofertas dos componentes curriculares para avaliar a possibilidade de buscar melhora nas ofertas no segundo período especial, foi também avaliado o número de disciplinas ofertadas, o número de vagas e o número de alunos matriculados. De forma geral a unidade ofertou 55 disciplinas sendo 42 disciplinas teóricas, 11 disciplinas teórico-práticas e 2 disciplinas práticas. Foram abertas 1937 vagas com 1284 alunos matriculados. Ressaltou-se que após a finalização do período letivo especial (Etapa I) deverá ser realizada uma avaliação do número de alunos que concluirão as disciplinas e avaliar os motivos para desistência dos demais alunos. No item 3) foram propostos procedimentos mínimos para a composição dos planos de oferta e para avaliação da oferta das AAREs por todos os cursos da unidade. Enfatizou o papel indutor dos coordenadores de curso no sentido de dar direcionamento e de criar um planejamento para formação dos discentes, tanto considerando o fluxo interno do curso como buscando ofertar disciplinas imprescindíveis para finalização do curso pelos discentes sendo que esta condição não se aplica às disciplinas com conteúdo de natureza experimental, teórico experimental que não possam ser ofertados de forma remota; enfatizou a necessidade de se inserir porcentagem para as atividades síncronas e observar a realização de atividade assíncrona efetivamente para que não sejam um conjunto de atividades desarticulados apenas para cumprimento da carga horária ou ainda que estejam previstas mas não realizadas; finalizou com a proposta de avaliação das AAREs na primeira etapa do Período Letivo Emergencial. O conselheiro Lucas comentou a questão da resolução ser facultativa levando curso justificar a grande quantidade de disciplinas não ofertadas no período assim como os professores que não se sentiram a vontade de ministrar aulas nesse formato. O conselheiro Alisson levantou um questionamento sobre o número de disciplinas ofertadas considerando que os semestres letivo na UFU estão suspensos e não cancelados e que este período poderia ser utilizado para minimizar o impacto do número excessivo de disciplinas que precisarão ser ofertadas na retomada dos calendários suspensos. A presidente propôs que as disciplinas ofertadas devem apresentar atividades síncronas e assíncronas, garantindo uma proporção mínima de atividades síncronas. O conselheiro Lucas levantou a questão ética dos professores que deixam de dar a carga de atividade assíncrona; e no caso em que o professor programa tudo assíncrono, isso fere a resolução, pois foi determinado pelo menos um encontro síncrono. Ele também relatou situações nas quais o professor sobrecarrega seus alunos com atividades assíncronas além da carga horária da disciplina. O conselheiro Alisson comentou que no curso de Matemática isso também estava ocorrendo, e que de sua parte, promove os horários tradicionais de aula, e complementa com vídeos gravados para os alunos. O conselheiro Milton colocou que as atividades síncronas poderiam ser na razão de no mínimo um terço, sem limite máximo, e que aconselhou aos alunos que não fizessem muitas disciplinas no período, pois a carga horária seria dobrada e eles não conseguiriam levar efetivamente todas a diante, fato que está sendo observado em algumas desistências. O conselheiro Hugo concordou com as observações do conselheiro Milton e sugeriu que na oferta das disciplinas que as atividades síncrona não fossem inferiores a 25% da carga horária total da disciplina. Comentou também que, quando o curso faz uma sugestão pontual, as pessoas param para pensar sobre todo o contexto. A conselheira Neusa apontou a questão da insegurança dos docentes com este novo formato de aulas remoto e das dificuldades da participação dos discentes. Em votação, todos se posicionaram de acordo com o documento apresentado. A proposta dos 25% foi acatada por contemplar todos os casos. Passando a segunda parte da discussão, a presidente sugeriu a criação de um procedimento de avaliação das AAREs considerando: (a) as condições de acesso à internet; (b) as dificuldades na participação de atividades síncronas e assíncronas; (c) se as atividades foram realizadas como planejado; d) O conteúdo da disciplina foi apresentado conforme previsto nos planos de ensino? e) Como foram as formas de avaliação? Estavam de acordo com o combinado? Alguns questionamentos possíveis para avaliar as etapas I e II das AAREs. O conselheiro Milton questionou se a avaliação seria geral, e seu formato, se um formulário a ser preenchidos pelos professores e discentes. A presidente enfatizou que, devido à especificidade de cada curso, esse seria um trabalho para as coordenações e colegiados. O conselheiro Lucas argumentou que seria aconselhável a unificação dos formulários para que houvesse comparabilidade. O conselheiro Milton concordou com essa posição, pois um formulário mais geral permitiria uma noção do todo. O conselheiro Alisson sugeriu uma avaliação em duas etapas, uma mais geral e outra específica. A presidente sugeriu, neste caso, que a direção faça uma proposta de

avaliação geral, e que as coordenações fiquem encarregadas de acompanhar a relação pedagógica docente/discente. O conselheiro Lucas sugeriu a listagem de todas as questões que a direção precise avaliar, e que as coordenações façam a complementação, a fim de otimizar o processo, de forma que os alunos não tenham que responder várias vezes a mesma coisa. Em apreciação, 6 (seis) conselheiros se manifestaram favoráveis, com 1 (uma) abstenção. **6. Apreciação e deliberação da análise inicial dos planos de trabalho docente do ICENP** - A presidente colocou que na análise inicial dos planos de trabalho observou-se que quatro professores não entregaram, foram observados erros na informação da carga horária dedicada a gestão sendo superior a 4 horas em alguns planos de trabalho, sugeriu que para o cumprimento da resolução 02/2018 do CONDIR que todos os planos sejam retificados para incluir as duas etapas do período letivo especial contemplando as atividades realizadas no segundo semestre de 2020. Colocou que algumas questões sobre os planos de trabalho estão sendo discutidas amplamente e que foi colocado por alguns conselheiro que seria importante discutir no CONDIR as questões levantadas neste período sobre os planos de trabalho docente. A presidente sugeriu que a apreciação e deliberação deste ponto fosse realizada após a retificação dos planos se os conselheiros concordassem com o encaminhamento dado pela direção do ICENP. Todos foram favoráveis. **7. Apreciação da realização de eleições para recomposição dos colegiados de curso e NDEs** - A presidente alertou para alguns casos em que os colegiados e/ou NDEs dos cursos estão sem membros docentes e mesmo discente, citando o caso da Química. Orientou que seja feita consulta dentro dos cursos. Seria necessário decidir a plataforma para eleições, se o Helios Voting ou o sistema de sondagem do Webex Cisco. O tema foi apenas apreciado em reunião e uma consulta aos cursos será realizada. **8. Apreciação do processo de inventário de bens patrimoniais do ICENP.** A presidente enfatizou a necessidade de se concluir o inventário físico dos bens da unidade acadêmica, citou o processo de migração que esta sendo realizado pelo governo federal e para sua concretização o inventário nas unidades acadêmicas precisam ser concluídos. O conselheiro Hugo questionou da necessidade da presença de um membro da comissão e a possibilidade deste entrar nos laboratórios questionou o que será feito e ocorrerá no caso de não se encontrar alguns itens?. A presidente orientou que é necessário a conscientização e envolvimento dos servidores, a comissão é responsável pelo levantamento e não pela guarda dos patrimônios, a informação também depende do servidor, a entrada em sala e laboratórios depende do responsável, um membro da comissão pode acompanhar entretanto é responsabilidade do servidor que tem a guarda do item informar sobre seu local de uso e condições, sendo responsabilizado em caso de não prestar informações ou da avaria ou perda como falta funcional conforme legislação vigente. No processo de inventário patrimonial serão criados relatórios com os itens encontrados e aqueles não encontrados serão depositados em uma conta separada, Será feito um relatório de regularização patrimonial. A conta de bens não encontrados será motivo de reunião do CONDIR para decidir sobre as responsabilizações. Às dezessete horas e vinte e um minutos, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrei esta que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Kamyra Gomes de Souza, na qualidade de Secretária, pela Presidente, pelos Conselheiros e participantes.

Ituiutaba, 21 de setembro de 2020.

Alisson Rafael Aguiar Barbosa

Elias Melo Moraes

Hugo de Souza Rodrigues

Lucas Matheus da Rocha

Milton Antônio Auth

Neusa Elisa Carignato Sposito

Rosana Maria Nascimento de Assunção

Thiago Augusto Rosa



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Nascimento de Assunção, Presidente**, em 04/11/2020, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milton Antonio Auth, Conselheiro(a)**, em 04/11/2020, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neusa Elisa Carignato Sposito, Conselheiro(a)**, em 04/11/2020, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Matheus da Rocha, Conselheiro(a)**, em 05/11/2020, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Melo Moraes, Conselheiro(a)**, em 06/11/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo de Souza Rodrigues, Conselheiro(a)**, em 09/11/2020, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Rosa, Conselheiro(a)**, em 18/01/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Rafael Aguiar Barbosa, Conselheiro(a)**, em 19/01/2021, às 00:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2342286** e o código CRC **1B50EB7A**.